



**UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE BARBACENA
FASAB
EDUCAÇÃO FÍSICA**

RENATO MANOEL DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA
PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS**

**BARBACENA
2012**

INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Renato Manoel de Oliveira*

Jakeline Duque de Moraes Lisboa**

RESUMO

O trabalho tem como objetivo descrever a importância do exercício físico como ferramenta no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência visual. Justifica-se pelo fato da importância desta temática na sociedade atual sendo que é possível encontrar diversas crianças e adolescentes que apresentam alguma deficiência, entre elas a visual. A inclusão tem como um dos principais objetivos construir uma sociedade capaz de promover a participação social concreta de seus indivíduos, destacando que uma condição de deficiência, embora imponha limites, não impede a participação da pessoa no meio em que vive. O exercício físico traz a possibilidade, dentre muitas outras, a de incluir este praticante com deficiência e, especificamente neste trabalho, para o deficiente visual na sua prática através das diversas manifestações corporais, como a dança, a luta, a ginástica, o esporte e o jogo, entretanto, o que observamos na prática é que muitos profissionais de educação física deixam de oferecer atividades que abrangem efetivamente o deficiente devido a falta de informação a respeito do trabalho realizado com o deficiente ou talvez a uma falha no seu processo de formação profissional. Para o desenvolvimento deste trabalho foi feita uma revisão bibliográfica em livros e artigos publicados em meios eletrônicos como Scielo, Lilacs e Bireme, no período de setembro a dezembro de 2010. Foram pesquisados nessas bases de dados os descritores: inclusão, deficiência visual e exercício físico. Obteve-se trinta e dois artigos, sendo que dezesseis foram efetivamente utilizados, com datas de publicação entre os anos de 1996 a 2010. Baseado na revisão bibliográfica concluiu-se que, as ações inclusivas devem estar presentes em todos os aspectos da vida do indivíduo, tais como no campo educacional, laboral, esportivo, recreativo, entre outros, sendo que o Exercício Físico pode ser um meio objetivo e propício para que a inclusão do deficiente visual ocorra.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Deficiência visual. Educação Física

* Aluno do 8º período do Curso de Educação Física da FASAB/UNIPAC – Barbacena/MG.

** Orientadora, Professora do Curso de Educação Física da UNIPAC – Barbacena, MG.

INTRODUÇÃO

O conceito da educação inclusiva baseia-se no direito de cada indivíduo constatado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26 / 1948) e na Declaração de Salamanca (Conferência Mundial, 1994). Nesses documentos a educação é compreendida como um direito fundamental de todas as crianças, jovens e adultos, seja quais forem suas idades, sexo, etnia, religião, condição socioeconômica ou deficiência. (DARDES, 2010) No Brasil, em meados da década de 90, passou-se a discutir a inclusão de deficientes físicos, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Na área de Educação é comum que, de tempos em tempos, surjam novas terminologias, ou que sejam retomados termos “antigos”, que atestam o movimento de transformação nos princípios e pilares teórico-filosóficos que conduzem as ideias pedagógicas de determinadas épocas. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003)

O termo necessidades educacionais especiais é um exemplo desse processo. Como a maior parte das terminologias adotadas em educação especial, tem origem estrangeira, como tantos outros utilizados em épocas anteriores: inválido (minusválido), anormal (*handicapped person*), retardado, deficiente. A tradução para o português muitas vezes não mantém o sentido que os originou no contexto histórico de sua utilização, gerando ambiguidades, imprecisão e inadequação ao serem empregados em um novo contexto social. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003)

Para este estudo utilizamos o termo deficiente por acreditar que a pessoa com deficiência pode desenvolver suas capacidades para ser autônoma e participativa, com respeito às suas escolhas, decisões e determinações sobre sua própria vida.

Segundo Fonseca (1991) a Educação Inclusiva é hoje um dos desejos de uma sociedade que ainda estigmatiza e discrimina seus deficientes. Maior dignidade, respeito e integração é o que hoje a educação inclusiva brasileira vai procurar propiciar a sua sociedade. Seu maior desafio é transformar a mentalidade preconceituosa instalada, desencadeando um movimento coletivo capaz de ao longo dos anos, através da ação de profissionais da educação, mudar este quadro.

O profissional de Educação Física (EF) deve desenvolver as potencialidades dos deficientes e não excluí-los das aulas, muitas vezes, sob o pretexto de preservá-los.

O exercício físico, partindo do princípio de adequação à criança, deve favorecer a mesma, um pleno desenvolvimento, de acordo com a sua necessidade e a sua capacidade de aquisição de movimentos, pois parte do princípio que elas têm necessidade natural de movimento.

Desta forma o profissional de educação física não pode dispensar a oportunidade destes praticantes em participar dos exercícios, pois mesmo o praticante sendo deficiente físico, mental, auditivo, visual, múltiplas e até mesmo apresentando condutas típicas (que são os portadores de síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos) eles têm necessidades de fazer atividades que desenvolva a sua relação social, motora e afetiva. (SEYBOLD, 1994)

A Educação Física é uma área riquíssima em subsídios essenciais para um programa de educação motora voltada à pessoas deficientes visuais., "A criança que nasceu cega está ameaçada por um grave retardamento psicomotor" e a melhor forma de remediar esse comprometimento é oferecer uma educação psicomotora que conduza a descoberta de seu esquema corporal, a descoberta do espaço e do ambiente em que vive. Deve recorrer ao tato, à inteligência e permitir-lhe a aquisição de atitudes gestuais e comportamentais, oferecendo a essas crianças uma boa relação com o mundo que a cerca. (SOUZA, 2005)

É importante que haja uma ampla variedade de atividades sendo oferecida aos praticantes para que se efetive a inclusão, principalmente no que se refere ao exercício físico, pois só será possível a inclusão de todos, a partir da criação diversificada de conteúdos e atividades. (MARQUES, 2008)

Assim, explorar os conteúdos da Educação Física com uma metodologia adequada, com criatividade, e motivar todas as crianças e os jovens, oferecendo possibilidades dos mesmos em condição de deficiência ser incluído no universo dos exercícios físicos, participando das diversas atividades motoras, de dança, jogos, lutas, ginástica e esportes, é o mote dessa discussão, que se diz emergente e necessária para a construção de uma escola Inclusiva. (MANTOAN, 2006)

O trabalho tem como objetivo descrever a importância do treinamento desportivo como ferramenta no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência, e se justifica pela importância do papel do profissional

de educação física estimulando estas crianças. A escassez de informações visuais pode ocasionar, caso a criança não seja adequadamente estimulada, prejuízos em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tais como atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social, sendo que o exercício físico tem papel fundamental nesse processo.

Foi realizada uma revisão da literatura em livros publicados em anos recentes e artigos disponíveis em meios eletrônicos nas bases de dados da Scielo, Lilacs, Bireme e EBSCO, no período de setembro a dezembro de 2010. Foram pesquisados nessas bases de dados os descritores: inclusão, deficiência visual e Exercício Físico. Obtiveram-se trinta e dois artigos, sendo que vinte foram efetivamente utilizados, com datas de publicação entre os anos de 1996 a 2010.

O EXERCÍCIO FÍSICO

O estudo da corporeidade humana nos contextos do jogo, do esporte, da ginástica e outras formas de expressão corporal, tais como a dança e as lutas corporais, se apresentam, também, como campos em disputa por uma hegemonia política, instrumental e teórica. A motivação para a aprendizagem e utilização de um procedimento depende da atribuição de significado e sentido em sua execução.

Relacionando esta afirmação com o exercício físico pode-se afirmar que se a prática da atividade motora, que acontece nas aulas, for realizada sem significado e sentido, ou seja, sem a compreensão sobre esta execução e suas implicações, pode ser uma prática pouco relevante. Por exemplo, se o praticante não conseguir compreender quais as contribuições que aprendizagem de habilidades específicas de um determinado esporte podem lhe trazer, não verá sentido na prática de exercícios físicos. (ZABALA, 1996)

De acordo com Fonseca (1998), o movimento humano é constituído em função de um objetivo. A partir de uma intenção como expressividade íntima, o movimento transforma-se em comportamento significativo.

Este autor ainda analisa a possibilidade de descoberta de possibilidades e aptidões para as habilidades motoras, principalmente em crianças, começa a ser desenvolvida, na maioria das vezes, quando é regida por um estímulo. Segundo ele,

Este estímulo pode ser representado, mais especificamente no contexto escolar, pelo papel de intervenção e mediação que o professor representa para o aluno, tanto pela demonstração de movimentos e habilidades motoras, quanto pelo diálogo e motivação que incitam novas descobertas por parte do aluno. (FONSECA, 1998)

O exercício físico é uma das principais lacunas no processo educativo das pessoas com deficiência visual. O indivíduo apresenta normalmente um comportamento de inatividade, comodismo e sedentarismo às dificuldades de adaptação e entrosamento decorrentes da própria deficiência, somam-se a precariedade da infraestrutura, uma vez que a maior parte dos ambientes para práticas de atividades esportivas e recreativas não é adaptada para suas necessidades. A escola, outro ambiente altamente propício para a vivência das experiências motoras básicas, também não apresenta, na maioria das situações, as condições mínimas de segurança e acessibilidade para essas pessoas.

O DEFICIENTE VISUAL E A PRÁTICA DO EXERCÍCIO FÍSICO

Deficiências são inerentes aos sujeitos, constituem sua subjetividade; não definem sua essência, mas determinam modos de ser e estar no mundo que podem gerar ou não impedimentos ou colocar os sujeitos que as apresentam em situação de desvantagem, a depender dos resultados da interação das características diferenciadas das pessoas com deficiência com as representações em torno dela e das tecnologias disponíveis no meio social a seu serviço:

A noção de deficiência é, pois, uma questão contingencial e decorre de normas e expectativas da sociedade [...] é uma situação que surge como produto da interação daqueles que apresentam determinados atributos com o meio social, que interpreta e considera tais aspectos como desvantagens. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003)

O deficiente visual tem capacidade de desenvolver suas habilidades desde que seja orientado o mais precoce possível, assim teremos atleta para um futuro próximo, capacitado para desenvolver e levar a nossa nação a um patamar de destaque em atividades esportivas para deficientes visuais. Com isso, não se pode excluir o deficiente visual do processo produtivo e tampouco torná-lo objeto de ações meramente assistenciais.

A criança portadora de deficiência visual é, ainda hoje, normalmente apontada como um indivíduo exclusivamente passivo e dependente, sendo fragmentada motora, cognitiva, afetiva e socialmente. O conhecimento sobre a existência de diferenças quantitativas e qualitativas presentes nos diversos níveis de deficiência da visão e os acontecimentos vivenciados pela criança em sua unidade cultural pode exercer modificações radicais em sua organização psíquica, cognitiva, social e inclusive motora. (HOFFMANN, 2010)

O desenvolvimento do indivíduo cego é diferente daquele normovisual. Existem teorias referenciando o desenvolvimento do indivíduo com cegueira como igual ao daquele que enxerga, fato que, para ele, não representa uma verdade porque os conceitos formados pelo portador de cegueira são diferentes daqueles das outras crianças e, portanto, muitas atividades cognitivas são por elas interpretadas diferentemente, de acordo com o receptor. Para o autor, outros fatores ainda podem interferir nesta organização e destaca o preconceito, a desinformação e a limitação do espaço físico, entre outros. (MOSQUEIRA, 2000)

A criança ou adolescente cego ou com visão subnormal, todavia, é uma realidade presente e ativa. Como qualquer outra criança, ela precisa de cuidados e afeto inclusive para entender este novo meio que, sem imagens, o envolvem com sons, toques, palavras, reações, horários, roupas e alimentos. A apresentação e a interpretação deste mundo, sua estrutura e o seu funcionamento, são progressivamente feitos à criança comprometida visualmente a partir dos elementos e das palavras valorizadas pelo outro. (ALVES; DUARTE, 2005)

Segundo Alves e Duarte (2005) o conhecimento é mais do que para a criança que enxerga estruturada e orientada com base naquilo que é significativo e importante para seu outro social e na forma como este conhecimento lhe é transmitido. A deficiência visual acarreta grande perda de informações sobre o meio, prejudicando a interação social e possíveis oportunidades de uma participação plena nos diversos aspectos da vida cotidiana. A escassez de informações visuais pode ocasionar, caso a criança não seja adequadamente estimulada, prejuízos em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tais como atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social.

As defasagens no desenvolvimento geral do indivíduo cego, que se apresentam como estatisticamente relevantes, são mais acentuadas na área motora.

Estas se dão não por um déficit anátomo-fisiológico inerente à criança cega, mas sim pela limitação de experiências motoras em diversos níveis.

O trabalho do profissional de EF consistiria, nesse caso, em ampliar, tanto quanto possível, a experiência motora dessa criança, instigando o seu vocabulário motor, mas respeitando sempre a sua integridade física. O desafio está em criar mecanismos para que essa criança consiga, paulatinamente, conquistar tanto mais domínio de movimento quanto confiança para executá-los. (NEVES, 2010)

Darido e Souza Júnior (2007) explicam que, com a presença de deficientes visuais ou com baixa acuidade visual, os profissionais devem guia-los, se este precisar, oferecendo-lhe o cotovelo para apoio, além de informar sobre obstáculos e materiais presentes no espaço e remover aqueles, que forem desnecessários. Nos casos de baixa acuidade visual, aumentar as dimensões dos objetos e utilizar cores contrastantes; sempre que possível, introduzir materiais sonoros; sempre que se dirigir ao praticante, mencionar seu nome; fornecer informações sobre a atividade com explicações verbais detalhadas e; deixar que o mesmo perceba como é o movimento pelo tato, ou seja, o praticante é que deve tocar o profissional.

Onde se fizer necessário, deve-se aplicar o símbolo internacional de acesso, mostrado na figura 1, adotado de acordo com a Lei nº 8.160 de 1991. A indicação de acessibilidade é utilizada para identificar todos os locais que têm condições de acesso por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Qualquer que seja o tamanho a ser utilizado para o símbolo, deve ser mantida as proporções corretas de seu desenho, e instalado em local de fácil visualização.

Figura 1: Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Visual



Fonte: NBR 9050/2004

A prática de exercícios físicos pode, pois, por meio de estratégias adequadas e adaptações, exercer papel importante no desenvolvimento dos deficientes visuais, aproveitando ao máximo os resíduos visuais de que se dispõem, acrescentando, assim, a ideia de atuar sobre as dificuldades e potencialidades da pessoa deficiente visual.

O EF, à medida que se utilizar daquele que se acredita ser um dos grandes e bons meios para seu desenvolvimento, o esporte, sem dúvida estará contribuindo para melhores técnicas e atividades específicas para a pessoa portadora de deficiência visual. (NETTO, 1996)

Para o planejamento e a preparação de um plano educacional apropriado às necessidades e às características do praticante com deficiência visual (DF), é fundamental o prévio conhecimento de cada caso, porquanto, muitas variáveis podem interferir no desempenho visual. (OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004)

Deve-se levar em conta a classificação esportiva para deficientes visuais que permitem a elaboração de programas de atividades baseando-se nas características individuais dos praticantes, isso vai resultar em um melhor aproveitamento por parte dos mesmos, permitindo a construção do seu desenvolvimento global. Estão divididas em três grupos B1, B2 e B3, sendo que a letra "B" refere-se ao termo *Blind* da língua inglesa: B1: Ausência total da percepção da luz em ambos os olhos, ou alguma percepção da luz, mas com incapacidade para reconhecer a forma de uma mão em qualquer distância ou sentido. B2: Da habilidade de reconhecer a forma de uma mão até uma acuidade visual de 2/60 metros e/ou um campo visual inferior a 5° de amplitude. B3: Desde uma acuidade visual superior a 2/60 metros até 6/60 metros e/ou um campo visual de mais de 5° e menos de 20° de amplitude. (GHORAYEB *et al.* 2004).

Esta classificação serve como elemento para a fundamentação teórica para a elaboração dos exercícios físicos, sendo que a designação conceitual a ser utilizada dependerá dos interesses dos professores, ou seja, atendendo aos fins a que se designa o mesmo. Da mesma forma, os praticantes com conhecimento do alfabeto Braille, podem receber apostilas em grafia Braille contendo instruções e regras dos esportes a serem praticados.

CONCLUSÃO

A inclusão deve ser um direito fundamental de todo cidadão, deficiente ou não e esse processo deve ocorrer em todos os aspectos da vida, sejam estes no campo educacional, esportivo, laboral, emocional, entre outros.

Com relação à educação física, ela aparece como uma disciplina propícia para a promoção da inclusão e como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra face à inclusão. Sendo parte integrante do currículo oferecido pela escola, esta disciplina deve constituir um complemento e não obstáculo adicional para que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva.

O tema da educação inclusiva em Educação Física, segundo Rodrigues (2003) tem sido insuficientemente tratado talvez devido ao fato de se considerar que não é essencial para o processo de inclusão social. Este assunto quando abordado, é analisado em face de um conjunto de ideias feitas e de lugares comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos. É como se houvesse uma dimensão de aparências e uma dimensão de constatações.

Atualmente, deve-se garantir o acesso aos conteúdos básicos que os exercícios físicos deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive àqueles com necessidades especiais, particularmente os que apresentam condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, indivíduos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente.

Concluiu-se que os exercícios físicos, deve ser aplicado tanto para o deficiente visual como para o de visão normal e assim, colocar o praticante como parte integrante e ativa, e também fazendo com que ele tenha maior conhecimento do seu corpo e de suas possibilidades, além de possibilitar a participação de todos, sejam eles deficientes ou não.

ABSTRACT

Visual deficient inclusion in physical exercises

The paper aims to describe the physical exercises importance as an instrument in the children and adolescents development process with visual disabilities. Justified for the importance of this issue in today's society and especially in the education environment since school today many children and adolescents who have a disability, including a visual. The inclusion is a major goal builds a society that promotes the concrete social individuals participation, noting that a condition of disability, while imposing limits, not preclude people participation in the leave environment. The Physical Exercises brings the possibility among many others, to include this student with disabilities, and specifically in this work for the visually impaired in their practice through the various bodily manifestations, such as dancing, wrestling, gymnastics, the sport and the game, however, what we see in practice is that many physical education professional fail to offer activities that effectively cover the student fail due to lack of information about the work with disabled student or perhaps a flaw in the process of training . To develop this work, a literature review of books and articles published in electronic media as Scielo, Lilacs and Bireme, from September to December 2010. We searched the databases descriptors: inclusion, visual impairment and Physical Exercises. Got Thirty-two articles, of which sixteen were effectively used, with publication dates between the years 1996 to 2010. Based on the literature review concluded that the inclusive actions must be present in all aspects of one's life, such as in education, employment, sports, recreation, among others, and the Physical Exercises can be an objective and conducive to the inclusion of visually impaired occur.

Keywords: Inclusion, Visual impairment. Physical Education

REFERÊNCIAS

ALVES, M.L.T.; DUARTE, E. A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades. **Acta Sci Human Soc. Sci.** Maringa, v. 27, n. 2, p. 231-37, 2005

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** – Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. LEI Nº 8.160, 08 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permite a identificação de pessoas portadoras de deficiência. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 09/01/1991. p. 456, 1991.

DARDES, M.C.M.C.M. Deficiente visual : uma educação inclusiva ou exclusiva? **Revista Pandora Brasil**. São Paulo, n. 24, nov. 2010.

DARIDO, S.C.; SOUZA JÚNIOR, O.M. **Para ensinar educação física**: Possibilidades de intervenção na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

FONSECA, V. **Psicomotricidade**: filogênese, ontogênese e retrogênese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1991.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, E. S.; OLIVEIRA, J.G.M. Educação Física no Ensino Fundamental: identificando o conhecimento de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.10, n.3, p.140-151, set./dez. 2004.

GHORAYEB, N.; DIOGUARDI, G.S. (Orgs.). **Tratado de Cardiologia do exercício e do esporte**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004, v. 1.

HOFFMANN, S. B. **A Criança com Deficiência Visual e suas Relações com o Outro Social**. <Disponível em http://www.cmdv.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=461> Acesso em 29 out. 2010.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** In: RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

MARQUES, K. G. Atividades inclusivas na Educação Física escolar. **EFDeports.** Buenos Aires. a. 13, n. 119, abr., 2008.

MOSQUERA, C. **Educação física para deficientes visuais.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

NEVES, G. N. et. al. **Educação Física adaptada ao deficiente visual.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Educacao_Fisica_adaptada.pdf> Acesso em: 24 nov. 2010.

NETTO, F. C.; GONZALEZ, J. S. **Desporto adaptado a portadores de deficiente.** Porto Alegre: UFRGS, 1996.

OCHAÍTA, E.; ESPINOSA, M. A. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.

OLIVEIRA, F.F. Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar. **EFDeports.** Buenos Aires. a. 8, n. 51, ago. 2002.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, v. 23/24, p. 73-80. 2003.

SEYBOLD, A. **A Educação Física e Princípios Pedagógicos.** Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 1994.

SOUZA, C. M. et al. A Educação Física e suas contribuições em um programa de orientação e mobilidade para crianças deficientes visuais. **EFDeports.** Buenos Aires. a. 10, n. 91, dez., 2005.

ZABALA, A. (Coord.). Como trabajar los contenidos procedimentales en aula.
Barcelona: Graó, 1996.